

A NOÇÃO CONTEMPORÂNEA DE CIDADANIA COMO PRÉ-COMPREENSÃO PARA A MATERIALIZAÇÃO DOS VALORES ÉTICO- JURIDICOS FUNDAMENTAIS

*Luzinara Scarpe Morgan**

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. O novo desenho da sociedade. 3. Sujeitos históricos e responsabilidade cidadã. 4. A educação para os valores humanos universais como política sócio-tranformadora. 5. Considerações finais. Referências.

RESUMO: A possibilidade de materialização das necessidades essenciais de solidariedade e reciprocidade humana reclamada por nossa era e formalizada pelos diversos documentos internacionais de direitos e deveres humanos fincou raízes numa renovada forma de pensar a cidadania individual e grupal, tanto na esfera social restrita de pequenos aglomerados como no âmbito da comunidade planetária. Inserindo-se como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, insta redefini-la dentro do paradigma contemporâneo posto pela valorização suprema dos direitos fundamentais numa sociedade redesenhada, aberta, humanística e de nível planetário. Este desafio, contudo, requer a resignificação dos parâmetros educacionais no sentido da recolocação do homem no meio social como responsável eticamente por si e pelos demais, numa ótica comum de vítimas e criadores do devido respeito à alteridade humana, fundada na razão e na consciência inerentes a natureza humana e preconizadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Cidadania; Direitos Fundamentais; Educação; Sociedade Contemporânea.

* Mestranda em Políticas Públicas e Processo pela FDC. Integrante do Grupo de Pesquisa Institucional sobre Direitos Humanos.

ABSTRACT: The possibility of materialization of the essential necessities of solidarity and reciprocity human being complained for our age and legalized by diverse international documents of rights and human duties roots in one renewed form to think the individual and group citizenship, as much in the restricted social sphere of small accumulations as in the scope of the planetary community. Inserting itself as one of the beddings of the Democratic State of Right, it urges to define it of the paradigm inside contemporary rank for the supreme valuation of the basic rights in a redesigned, opened, humanistic society and of planetary level. This challenge, however, first requires the new meaning of the educational parameters in the direction of the replacement of the man in the social environment as responsible for itself and excessively, in a common optics of victims and creators which had it respect the human, being established in the reason and the conscience inherent the nature human being and praised by the Universal Declaration them Right Human beings.

Key-words: Citizenship; Right Basic; Education; Society Contemporary.

1. Introdução

O indivíduo gradativamente situado como sujeito de direito internacional imprime na concepção hodierna de cidadania uma nova face, fruto da noção cumulativa histórica das relações do homem com o Estado e dos homens entre si como titulares de direitos e devedores de obrigações oriundas do viver em sociedade sob a governabilidade de um ente estatal. Desta feita, o retorno da reflexão sobre cidadania surge como premissa básica no sentido de equacionar as dificuldades contidas nas regiões limítrofes ocupadas pelos valores jurídico-existenciais fundamentais e supremos para a convivência humana.

O tema da cidadania possui em sua idéia uma extensão e uma abertura interdisciplinar reveladora de uma multiplicidade de dimensões no campo da existência política, relação dialética que devidamente equacionada permitirá o acesso à superação de contradições e perplexidades que cercam a temática dos valores fundamentais como a liberdade, a justiça social, a igualdade e a solidariedade. As marcas principais que caracterizam a transição do século XX para o XXI clamam por redefinições e recolocações de velhos temas nesta “era dos direitos”, tornando-se inadiável interligar a análise sociológica da cidadania com a jurídica, em busca da construção ética e humanística dos direitos fundamentais do homem na esfera pratica.

Se a síntese do conceito de cidadania resume-se em pertencer a uma comunidade que assegura ao homem a sua constelação de direitos e o seu quadro de deveres, e se a cidadania já não está unicamente ligada à cidade nem ao Estado, mas se afirma também no espaço internacional e supranacional, apenas podemos alcançá-la em seu pleno teor constituindo-a de seu sentido ontológico.

Hoje a ética não cabe mais dentro de uma disciplina normativa, a semelhança de código a reunir em si séries de prescrições e proibições explícitas como “faze isto”, “evita aquilo”, porém as regras, prescrições, interdições, que fazem parte dos

códigos vigentes nacionais e internacionais não figuram como fins em si mesmas, mas meios em vista do grande objetivo que imaniza a existência: a realização profunda do nosso desejo de ser. E nesse sentido, resultando na conseqüente construção sólida e robusta de sujeitos autônomos e responsáveis na dimensão pessoal e grupal, no âmbito nacional e internacional, respeitando o *ethos* da razão e da consciência plena do eu pessoal e do mundo que o cerca.

2. O novo desenho da sociedade

Uma nova sociedade se desenha a partir de 1945, fato que levou a humanidade a uma nova reflexão, a uma nova ideologia. Não se trata de imposição de regras, a sociedade está evoluindo. Hoje os direitos humanos se positivam na esfera internacional através das declarações de direitos da ONU e outras, e além da dimensão local e nacional ganham a mundial, o que coloca novas dificuldades para o exame das regiões limítrofes referentes aos valores que foram elevados à categoria legal de supremos e fundamentais para a materialização dos direitos existenciais e para a sobrevivência da humanidade.

Autores da mesma linha de Cançado Trindade consideram o homem como sujeito de direito internacional, haja vista tal concepção alargar e intensificar a qualidade humana, posicionamento este compatível com o caráter pedagógico dos direitos humanos, fator que influencia diretamente na construção da valorização humana. Falar em valorização humana requer, na sua relação com a cidadania contemporânea, a leitura pessoal e social de que a cidadania é multidimensional, afetando a condição humana nos seus vários aspectos, notadamente temporal, espacial, bilateral e processual.¹

O conceito hodierno de cidadania, em suma, compreende os direitos fundamentais, os políticos, os sociais e econômicos e

¹ TORRES, Ricardo Lobo. A Cidadania Multidimensional na Era dos Direitos. In: TORRES, Ricardo Lobo (Org.) *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 256.

os difusos em constante tensão com as idéias de liberdade, de justiça política, social e econômica, de igualdade de chances e de resultados, e de solidariedade, a que se vinculam.² O conteúdo da cidadania compreende, então, todos esses direitos como valores e dados existenciais, no sentido da inviabilidade da materialização deles ausente, *a priori*, as condições mínimas exigidas para que possam florescer. Por exemplo, de nada adianta ser titular de liberdade de expressão se não se possui a educação mínima para a manifestação de idéias.³

A sociedade que se desenha abre espaço para a essencial reflexão acerca do problema ético da responsabilidade pessoal e social, precisamente no terreno da ação, onde o homem se põe à prova como um eu pessoal convocado a tomar consciência de si e de seu mundo, na comunicação intersubjetiva numa comunidade, onde nossos projetos se unem a necessidades reais no esforço de suplantar as alienações que se tecem ao nosso redor.⁴ O homem histórico passado assim pela pedagogia da lei, a sua liberdade interior foi gradativamente plasmando em direção aos valores apontados por ela, quebrando assim todo o automatismo moral para se projetar no campo da autêntica criatividade ética.⁵

Entre os direitos conscientizados historicamente através das lutas políticas, o direito de solidariedade, versão secularizada do valor fraternidade, emerge como lema de nossa era, reforçado pelas necessidades comuns da humanidade e por uma crise homogenia que, em última instância parece configurar-se como

² TORRES, Ricardo Lobo. *Op. cit.*, p.258.

³ *Ibidem*, p. 262.

⁴ NOGUEIRA, João Carlos. Ética e responsabilidade pessoal. In: MORAIS, Régis (Org.). *Filosofia, Educação e Sociedade*. Campinas: Papirus, 1989. p. 13.

⁵ *Ibidem*, p. 20.

⁶ BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 54. A percepção de Bobbio sobre o alcance de um progresso moral pela humanidade parte do ponto de vista de uma ética racional, que é habitualmente designada com a expressão "consciência moral". É algo relacionado com a formação e o crescimento da consciência do estado de sofrimento, de indignação, de penúria, de miséria, ou, mais geralmente, de infelicidade, em que se encontra o homem no mundo, bem como ao sentimento da insuportabilidade de tal estado, do que

uma crise de percepção. O progresso moral⁶ da humanidade se mostra, contudo, na intencionalidade emanada do conteúdo dos preceitos legais humanitários e cada vez mais a palavra solidariedade faz parte da nossa linguagem cotidiana. Grupos os mais diversos usam esta palavra como um conceito-chave para as mais diferentes propostas de solução dos problemas sociais e ecológicos.⁷ Porém, o valor universal da solidariedade como atitude ou questão ética nasce da sensibilidade e percepção individual e geral da interdependência humana como um fato, uma necessidade para a vida da e na sociedade.⁸

Seguindo essa linha de raciocínio, constata-se que a cidadania como fundamento do Estado Democrático de Direito, inscrita no inciso II do Art. 1º da Constituição Federal de 1988 adquire renovado sentido no que se refere ao seu alcance normativo. Questões de fundo político e filosófico devem nutrir quaisquer diagnóstico social sobre as reais possibilidades de um povo exercer seus direitos e cumprir suas obrigações cidadãs de modo autônomo e com consciência plena de suas responsabilidades pessoais e grupais. Em contrapartida, o sentido pleno da cidadania reclama hoje a compreensão e o reconhecimento da importância da interdependência humana como um fato e da coesão social como consequência.⁹ O tecido social só se fortalecerá tendo a solidariedade como um valor indispensável e entrelaçado, condição para a própria subsistência e a de todo o grupo.

A sociedade que se desenha exige de seus membros, finalmente, o sentimento de uma nova ordem pública mundial, e um empreendimento dessa natureza reclama um recomeço educacional, para que além *saber-se* cidadão o sujeito se *sinta* realmente responsável e parte da comunidade universal.

Comenta sobre a questão Adela Cortina:

resulta a exigência de sair de tal condição. Aqui a cidadania insere-se, a meu ver, como uma condição problemática a reclamar urgência na sua resolução para o real abandono de tal estado.

⁷ ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. *Competência e sensibilidade solidária*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 74.

⁸ *Ibidem*, p. 75.

⁹ *Ibidem*, p. 79.

Por eso con la solidaridad conviene llevar cuidado, ya que sólo es un valor moral cuando no es solidaridad grupal, alérgica a la universalidad, sino solidaridad universal, es decir, cuando las personas actúan pensando no sólo en el interés particular de los miembros de un grupo, sino también de todos los afectados por las acciones del grupo.¹⁰

Decerto, intui-se que, para construir a necessária postura renovada, fruto do novo sujeito de direito internacional, urge romper com determinadas barreiras de ordem político-ideológicas, com vistas a “desconstruir” estruturas que funcionam contra a natureza criadora do homem. Tais estruturas não permitem que o homem seja sujeito histórico, mas permaneça refém de apelos postos pelo sistema que o conforma como indivíduo dócil e cooperante com o *status quo*.

Nessa seara, o papel transformador pertence à educação crítica e progressista para a cidadania, como veremos oportunamente.

3. Sujeitos históricos e responsabilidade cidadã

Podemos dizer que hoje os principais temas que cercam a nova ordem pública local e global, como por exemplo, a liberdade, a igualdade, o respeito, a solidariedade e o diálogo necessitam passar pelo caminho da resignificação, para que surja em conjunto a noção contemporânea de cidadania transmutada em atitudes cotidianas. De outro modo podemos dizer que a condição cidadã forjada pela ordem contemporânea exige ter como moldura motivações viscerais das pessoas por responsabilizar-se pelo destino da comunidade a que elas pertencem:

¹⁰ CORTINA, Adela. *Ciudadanos del Mundo – hacia una teoría de la ciudadanía*. Madrid: Alianza, 1997. p. 244.

*La ciudadanía, como toda propiedad humana, es el resultado de un quehacer, la ganancia de un proceso que empieza con la educación formal (escuela) e informal (familia, amigos, medios de comunicación, ambiente social). Porque se aprende a ser ciudadano, como a tantas otras cosas, pero no por la repetición de la ley ajena y por el látigo, sino llegando al más profundo ser sí mismo.*¹¹

A construção de sujeitos históricos com responsabilidades cidadãs, em contraposição a uma cidadania de papel¹² – pois que afastada na prática dos conteúdos dos estatutos legais – exige participações reais e significativas. Nestes termos expõe Adela Cortina que:

*Lo que importa, pues, no es tanto caracterizar al ciudadano verbalmente por su participación en los asuntos públicos, como poner en la práctica las condiciones para que esa participación sea significativa.*¹³

Insta, desse modo, a tentativa de esclarecimento sobre a necessária distinção, mesmo que resumidamente, entre os entes sujeitos históricos e indivíduos dóceis. Lançarei mão da perspectiva elaborada pelo prof. Castor Ruiz por manter conexão direta com a proposta renovada da cidadania contemporânea e sua interface com a construção de co-responsabilidades sociais.

Numa primeira confrontação o prof. Castor Ruiz recoloca o tema da identidade como elemento que tem o poder de tramar o modo de ser do sujeito. Ela pode sujeitá-lo a um modo social

¹¹ CORTINA, Adela. *Op. cit.*, p. 37-38.

¹² DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel*. São Paulo: Ática, 2000.

¹³ CORTINA, Adela. *Op. cit.*, p. 53.

determinado ou possibilitar sua auto-afirmação e autonomia.¹⁴ Partindo desse pressuposto, expõe que a regra geral que impera no modelo social reduz-se à produção de identidades cooperantes com o sistema estrutural que os modelaram, caracterizando tais identidades como portadoras de subjetividades flexíveis. São flexíveis porque produzidas pelo adestramento do indivíduo que, no seu processo identitário, se auto-afirma à medida que se adapta funcionalmente aos imperativos requeridos pelas instituições.¹⁵

Ora, esta problemática situacional inserida num processo cíclico anti-cidadania e antidemocrático acaba por impedir na raiz a construção de sujeitos responsáveis por suas próprias escolhas e práticas como pessoa livre.

De forma mais minuciosa esclarece o autor:

Como esclarecimento inicial devemos demarcar uma diferença importante entre a identidade do indivíduo e a identidade do sujeito. O indivíduo se sujeita flexivelmente (docilmente) aos referenciais externos elaborados pelo modelo social que configura sua identidade e adapta sua prática aos objetivos do sistema. O sujeito, diferentemente, constrói seus próprios referenciais (simbólicos) para autodefinir-se como pessoa, o que lhe possibilita direcionar sua prática de modo autônomo. O indivíduo assume uma prática cooperante com as estruturas que o modelaram, ao passo que o sujeito cria suas próprias práticas, direcionadas segundo o universo simbólico por ele constituído. O indivíduo é livre para escolher entre uma diversidade de opções postas para ele, mas não por ele. O sujeito

¹⁴ RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. O (ab) uso da tolerância na produção de subjetividades flexíveis. In: SIDEKUM, Antonio. (Org.). *Alteridade e Multiculturalismo*. Rio Grande do Sul: Unijui, 2003. p. 115.

¹⁵ *Ibidem*, p. 116.

cria sua opção de ser pessoa e seu modo de entender a sociedade.¹⁶

Resta objetivo, dessa forma, que o exercício contemporâneo da cidadania somente se cumpre mediante transformação profunda da condição humana nos meios em que vive, seja no âmbito micro, meso ou macro dos sistemas que o cercam, haja vista que os mecanismos de poder próprios das sociedades contemporâneas procuram modelar atores sociais e evitar criar sujeitos históricos,¹⁷ detendo o direcionamento das práticas sociais dentro de uma ordem simbólica que visa o controle da produção das identidades.

Enfim, conclui o autor esta parte da teoria:

Sujeitos históricos ou atores sociais?
Pessoas autônomas ou indivíduos dóceis?
Este é o dilema da subjetividade contemporânea, e com ele está colocada a questão fundamental em saber quais as formas de legitimação dos mecanismos do poder usadas para produzir identidades flexíveis e cooperantes.¹⁸

A título de complemento ao recorte teórico acima, destaco dois pensamentos extraídos de um valioso material histórico recolhido de 25 de janeiro a 10 de fevereiro de 1947, espelhando a opinião de intelectuais renomados do Oriente e do Ocidente sobre os Direitos do Homem e as possibilidades reais de concretizá-los:

Mahatma Gandhi, “*el padre de la Índia atual*”, dirigiu uma carta de Nova Delhi ao Diretor da Unesco, com a sua opinião singela e humana. Considerava que “*solo somos acredores del*

¹⁶ RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. *Op. cit.*, p. 116.

¹⁷ *Ibidem*, p. 117.

¹⁸ *Ibidem*, *loc. cit.*

derecho a la vida cuando cumplimos el deber de ciudadanos del mundo".¹⁹

J. Haesaert, aconselhou uma Declaração eqüidosa e realista: "*Los juristas saben perfectamente que la ley nada puede sin la costumbre*".

4. A educação para os valores humanos universais como política sócio-transformadora

Posto anteriormente que a noção contemporânea de cidadania e seu exercício pleno pressupõe rupturas político-ideológicas nas esferas micro e macro da sociedade lanço oportunamente como exemplo prático enquanto política pública a Educação em Direitos Humanos, consubstanciada no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros documentos internacionais e nacionais afirmam o direito de todos "a educação, orientada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana, o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais", demandando aos atores públicos e a sociedade, a necessidade de se tratar a Educação em Direitos Humanos como questão de Política de Estado. Este Plano é resultado do trabalho do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, instituído pela Portaria 66 de 17 de maio de 2003, da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Os objetivos do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos se conduzem no sentido de atacar a raiz da crise social e pessoal que envolve o portar-se como cidadão consciente de que é titular de direitos humanos fundamentais na sociedade contemporânea. Tem como diretriz o combate à problemática de que defender direitos humanos fundamentais exige um novo olhar, um recomeço, uma transformação das tradicionais concepções de participação, de ética, valores e moral pessoal e

¹⁹ ALTAVILA, Jayme de. *Origem dos Direitos dos Povos*. São Paulo: Ícone, 2000. p. 246.

grupar. Assim, educar para os direitos humanos é o grande desafio contemporâneo.

Os valores sócio-jurídicos universais da liberdade, igualdade, solidariedade, justiça e dignidade, que emolduram os direitos fundamentais do homem, adaptados ao paradigma posto pela nova ordem pública internacional dos direitos humanos exigem um retorno à capacidade inata do ser humano de dar-se sua própria lei de forma responsável e condizente com sua condição suprema e única. Esse é um passo decisivo e qualitativo crucial em nossa era. Sendo assim, o Plano foi criado fundamentado em alguns objetivos essenciais que se resumem em: contribuir com a construção de uma cultura voltada para o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana; atravessar valores, relações e práticas sociais e institucionais objetivando a superação das mesmas em prol da renovação dos valores humanos universais; estimular a configuração de sociedades democráticas abertas, pautadas em uma nova consciência capaz de compreender a condição do mundo humano, definindo novos caminhos para a construção da cidadania; propõe aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos, garantindo a participação ativa de cada um no projeto da sociedade em construção.

As linhas gerais de ação do Plano atingem a Educação Básica, Ensino Superior, Educação Não-Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança e Educação e Mídia. Os fundamentos teóricos da educação em direitos humanos se inserem numa abordagem crítica e progressista da educação, considerando que seus objetivos integram uma visão crítico-transformadora de valores, atitudes, relações, práticas sociais e institucionais.²⁰

Trata-se de uma conjugação de medidas de caráter sócio-transformador fundadas na perspectiva de que não é suficiente declarar direitos, mas é preciso reconhecê-los, pois não é um

²⁰ ZENAIDE, Maria da Nazaré Tavares. A Educação em Direitos Humanos. In: TOSI, Giuseppe (Org.). *Direitos Humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa: Universitária, 2005. p. 340.

fato óbvio para todos os homens que eles são portadores de direitos e, por outro lado, não é um fato óbvio que tais direitos devem ser reconhecidos por todos.²¹

Por esse prisma resta intuitivo que a noção contemporânea de cidadania deve ser nutrida em seus pilares conceituais pela constatação pessoal e social da interdependência humana como um fato. Neste sentido, Hugo Assmann:

Para muitos é estranha a idéia de que a interdependência é um fato. A forma como a nossa vida transcorre no dia-a-dia nos leva a pensarmos que somos indivíduos ou grupos sociais autônomos e independentes. O que se passa com os/as outros/as não nos atinge e nem tem a ver conosco. E o que nós fazemos não tem nada a ver com a vida das outras pessoas. Isto é, a própria noção de interdependência de todas as pessoas na sociedade não faz parte do cotidiano de uma boa parte da população.²²

Uma leitura atenta das diretrizes e objetivos do Plano, assim como seu mecanismo de ação conduzirá a percepção de que há em seu bojo a intencionalidade de tratar a problemática da cidadania na sua raiz e nas suas causas mais profundas, pois o momento histórico se coloca propício para tal empreendimento. Construir cidadãos com perfil responsável e autônomo exige uma adequada reflexão sobre nosso processo de aprendizagem cultural no que tange aos valores humanos fundamentais, haja vista que as relações de interdependência não são objetos físicos visíveis aos olhos e que também, fundamentalmente, nem nossos olhos e nem as nossas mentes foram treinados ou preparados para ver relações de interdependência.

²¹ BETO, Frei. Educação em Direitos Humanos. In: ALENCAR, Chico (coord.). *Direitos mais humanos*. Rio de Janeiro: Garamound, 1998. p. 46.

²² ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. *Op. cit.*, p. 78.

Certo é que as ações do Plano constituem medidas operacionais que têm o poder de construir um alicerce cultural de resistência e de mudanças mais profundas. Ser cidadão nos dias de hoje requer a promoção incondicional dos direitos fundamentais de liberdade e igualdade plenas sob o olhar da semelhança fundamental que nos transforma a todos da comunidade planetária; requer assumir o primeiro direito fundamental de ser pessoa, sujeito de sua história e co-responsável pela história comum dos homens, “assumindo o destino humano em suas antinomias e plenitude”.²³

Nas palavras de Edgar Morin, o enfraquecimento da percepção do global conduz ao enfraquecimento da responsabilidade (cada qual tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada), assim como ao enfraquecimento da solidariedade (cada qual não mais sente os vínculos com seus concidadãos).²⁴

5. Considerações finais

Considerando amplamente tudo que foi comentado, pode-se dizer que os valores que compõem uma ética civilizatória são fundamentalmente a liberdade, a igualdade, a solidariedade e o respeito, no sentido de que este “capital axiológico”²⁵ representado por tais valores nucleares são indispensáveis para o exercício pleno da cidadania. Trata-se de valores que os centros educacionais terão que transmitir, pois comporão os fundamentos da conduta pessoal e grupal que reformarão nossa cultura.

A concepção de liberdade transmutou-se com as construções legais supranacionais e o paradigma humanístico subjacente, lançando a cidadania definitivamente na seara da responsabilidade e ética pessoal pelo destino comum da comunidade humana. Ainda que a comunidade esteja adstrita a

²³ MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 106.

²⁴ *Ibidem*, p. 40-41.

²⁵ CORTINA, Adela. *Op. cit.*, p. 230.

um espaço restrito e simples, seus membros deverão desenvolver um sentimento de pertença visceral para que, além de saberem-se cidadãos, se sintam verdadeiramente cidadãos titulares de direitos humanos internacionais munidos com a adequada perspectiva global.

Immanuel Kant realçou no pensamento moderno, que a pessoa possui o poder peculiar de retirar de si mesma suas determinações éticas e práticas estabelecidas pela sua própria razão, dirigida por comandos morais retirados de dentro de si mesmo e não de fora para dentro. Nessa distinção básica consiste a liberdade da pessoa. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo I, diz:

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Pois bem, retira-se daí literalmente que a racionalidade humana é um indicador suficiente tanto para ser respeitado como para ser movido a respeitar os valores fundamentais ínsitos a natureza humana e a sua dignidade imanente.

A liberdade, assim entendida, constitui o vértice para a materialização dos demais valores fundamentais provenientes daquele elemento inerente unicamente ao ser humano na condição de pessoa ou sujeito responsável por sua própria história e pela convivência em comum na comunidade universal. A liberdade assim preconizada transmuta-se em autonomia, e exige das pessoas a necessária distinção entre ações que humanizam e ações que desumanizam, e a aprender a incorporá-las na vida cotidiana. Esta equação operacionalizada como um *modus vivendi* resultará em respeito pelos direitos fundamentais do outro, na sua alteridade, em reconhecê-lo como livre e capaz de transcender e superar as limitações do meio, tanto físicas quanto sociais.

Por fim, conclui Adela Cortina:

Conquistar la libertad como autonomía no es fácil, exige cultivo y aprendizaje, pero merece la pena embarcarse en uno y otro, porque es uno de nuestros más preciados valores, uno de los que mayor disfrute proporciona cuando se ha aprendido a degustar y que, a mayor abundamiento, puede universalizarse, siempre que e practique la solidaridad.²⁶

Referências

ALTAVILA, Jaime de. *Origem dos Direitos dos Povos*. São Paulo: Ícone, 2000.

ASSMANN, Hugo e SUNG, Jung Mo. *Competência e sensibilidade solidária*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BETO, Frei. Educação em Direitos Humanos. In: ALENCAR, Chico (Coord). *Direitos mais humanos*. Rio de Janeiro: Garamound, 1998.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CORTINA, Adela. *Ciudadanos del Mundo – hacia una teoría de la ciudadanía*. Madrid: Alianza, 1997.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel*. São Paulo: Ática, 2000.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes necessários a Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

²⁶ CORTINA, Adela. *Op. cit.*, p. 237.

NOGUEIRA, João Carlos. Ética e responsabilidade pessoal. In: MORAIS, Regis (Org.). *Filosofia, Educação e Sociedade*. Campinas: Papirus, 1989.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. O (ab) uso da tolerância na produção de subjetividades flexíveis. In: SIDEKUM, Antonio (Org.). *Alteridade e Multiculturalismo*. Rio Grande do Sul: Unijui, 2003.

TORRES, Ricardo Lobo. A Cidadania Multidimensional na Era dos Direitos. In: TORRES, Ricardo Lobo (Org.). *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A Educação em Direitos Humanos. In: TOSI, Giuseppe (org.). *Direitos Humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa: Universitária, 2005.